

EDITORIAL V3. N1 2018

Caros leitores e leitoras,

Nesse terceiro volume, são apresentados estudos em três grandes blocos: Gestão e Educação Pública em diferentes abordagens e contextos; Planejamento urbano e Administração Pública, Cidadania e Controle social.

No primeiro, o artigo “Administração de Conflitos na Gestão Escolar Pública na Rede Municipal” analisa algumas soluções utilizadas incluindo, mediação e administração de problemas relacionais entre diferentes sujeitos escolares: professores, estudantes e família. Outro trabalho reflete sobre a “Competência Leitora e Políticas Públicas: Possibilidades” relacionando o desempenho dos alunos brasileiros no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes- PISA mostrando que programas individuais podem surtir efeitos positivos com abrangência local, mas apenas iniciativas governamentais são capazes de ampliar o efeito. O estudo sobre a “A Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação Básica” avalia as mudanças ocorridas após a Lei 10.639/03 e outra pesquisa sobre “Um Estudo Histórico da Modalidade de Ensino EJA - Educação de Jovens e Adultos como uma Política de Inclusão com Responsabilidade Social” mostra a importância dessa etapa formativa para a emancipação do sujeito. Interessante também a interface entre a capacidade de comunicação e o processo administrativo como apresenta o estudo “Gestão de Comunicação e a Ação do Coordenador de Polo Presencial da UAB” onde existem diferentes atores.

Considerando o segundo bloco, os desafios de aumentar o bem-estar dos cidadãos que vivem em aglomerados urbanos com relação à estética e funcionalidade e a conveniência nos deslocamentos cotidianos são expostos. A elaboração e o desenvolvimento de programas que buscam melhorar ou revitalizar as cidades, objetivando melhorar a qualidade de vida da população são o tema do trabalho “Espaços Livres em Áreas Urbanas” mostrando que o planejamento de políticas para o espaço aberto tem como fundamentos a inclusão social, a coesão da comunidade, saúde e bem-estar. Com objetivos semelhantes, a “Análise da Qualidade do Transporte Coletivo de Guarulhos após Implementação do Sistema Integrado” apresenta a implementação de políticas públicas visando favorecer a mobilidade urbana.

O terceiro bloco discute temas relacionados aos direitos básicos constitucionais. Por exemplo, o saneamento básico está diretamente relacionado à saúde e bem-estar de uma população e depende de um arcabouço intersetorial, dessa forma, o artigo sobre “Políticas Públicas de Saneamento Básico no Estado de São Paulo” investiga o papel da regulação para a eficácia dos serviços públicos de saneamento na cidade de São Paulo. O relato sobre o “Refletindo sobre a Construção das Políticas Públicas e seus Conceitos: O Fórum Regional de Apoio à Inclusão da Pessoa com Deficiência (PcD) no Trabalho” apresenta além do histórico de exclusão e vulnerabilidade a importância de ter eventos que permitam compartilhar como os desafios foram superados por aqueles que já estavam empregados. As (re)definição de Políticas de Saúde dependem de estudos como “Limitações da Utilização das Taxas de ISAPS como Indicador do Acesso e da Qualidade da Atenção Primária no Brasil- utilização das internações sensíveis à atenção primária (ISAPs)” que apresentam esse indicador como instrumento de gestão, mesmo sendo uma medida indireta. Os contratos de terceirizadas devem ser acompanhados e fiscalizados por um representante especialmente designado para isso no órgão público,

dessa maneira “O uso do Acordo de Nível de Serviços (ANS) e a garantia de qualidade no contrato na Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista” mostrando que em contratos continuados, o ANS contribui para a melhoria na qualidade do serviço. Alinhado ao tema de monitoramento, “Contratos Administrativos: A Importância do Acompanhamento e Fiscalização da Execução” apresenta a importância do acompanhamento e fiscalização na fase de execução dos contratos administrativos. Para uma sociedade urbana cada vez mais tecnológica as “Plataformas Online de Gestão Pública como Oportunidades de Participação Cidadã: Um Estudo de Revisão Bibliográfica” mostra o potencial destas ferramentas de gestão pública, permitindo que a população compreenda como funciona o governo, quais recursos financeiros estão disponíveis, como estão sendo usados e como poderiam estar sendo usados

Ressaltamos que os artigos publicados expressam situações no setor público que suscitam estabelecer diálogos com o setor privado, em diferentes “arquiteturas” organizacionais” e relações institucionais, para um melhor resultado para a sociedade.

Excelente leitura!

Editor chefe, Ricardo Luiz Pereira Bueno
UNIFESP / Depto. de Administração

Editora Adjunto, Heloisa Candia Hollnagel
UNIFESP / Depto. de Ciências Contábeis